

ESTÁGIO CURRICULAR DOS CURSOS TÉCNICOS INTEGRADOS DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NAS PESQUISAS DO PROFEPT

Curricular internship for integrated technical courses of the Federal Network of Professional and Technological Education: the production of knowledge in ProfEPT researches

Josué Reis Batista Júnior¹
Ricardo dos Santos Silva²

Resumo: Compreender o estágio como princípio educativo e um contributo para a inserção do jovem no mundo do trabalho é um grande desafio, haja vista a construção de novas perspectivas de vida relacionadas ao mundo do trabalho. Nesta concepção, este artigo teve como objetivo geral: “Analisar experiências de estágio curricular no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica”, considerando as potencialidades e desafios do estágio no Ensino Médio Integrado. A metodologia utilizada foi uma pesquisa documental baseada nas dissertações do observatório do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT). As pesquisas foram classificadas com base nos seus objetivos e resultados, A análise de dados demonstrou que, em que pese as limitações relacionadas ao contexto da lógica capitalista, o estágio tem cumprido o seu objetivo como um princípio educativo e preparação para o mundo do trabalho, mas com a necessidade de enfatizar com mais clareza os objetivos e benefícios do estágio, na elaboração dos projetos pedagógicos, evidenciando a contribuição deste componente curricular, não só como preparação para o trabalho, mas para formação em sua totalidade.

Palavras-chave: Estágio; Mundo do Trabalho; Formação Integral; Formação Humana.

Abstract: *Understanding internship as a learning principle and a contribution to the insertion of young people into the labor market is a great challenge, due to the building up of a new life perspective related to the labor world. Within this concept, this article had as general objective: “Analyzing curricular internship experiences within the scope of the Federal Network of Professional and Technological Education”, considering the potentialities and challenges of internship in the secondary education integrated to professional and technological education. The*

¹ Professor no Instituto Federal Norte de Minas Gerais, Campus Arinos. E-mail: josue.junior@ifnmg.edu.br

² Doutor em Sociologia. Professor no Instituto Federal Norte de Minas Gerais, Campus Arinos. E-mail: ricardo.silva@ifnmg.edu.br

methodology used was a desk research based on the dissertations from the observatory of the Master's Program in Professional and Technological Education (Profept). The research was classified based on its objectives and results. The data analysis showed that, despite the limitations related to the framework of capitalist logic, internship has fulfilled its objective as an educational principle and a preparation for labor, but with the need to emphasize more clearly its objectives and benefits in the thinking up of pedagogical projects, thus highlighting the contribution of this curricular component, not only as a preparation for the labor world, but for training in its entirety.

Keywords: *Internship; labor world; Holistic training; Human formation*

1. Introdução

A inserção do estágio nos componentes curriculares, instituída pela Lei nº 11.788 (Brasil, 2008), determina normas, modalidades e procedimentos para a sua execução. Esta lei tem entre suas primícias, que o estágio deva ser considerado um ato educativo e uma preparação para o trabalho. É neste entendimento que esta pesquisa partiu da discussão da realização do estágio como uma iniciação e preparação dos jovens, em especial os matriculados no ensino médio Integrado para o mundo do trabalho.

Porém, para que este princípio esteja de fato nos conteúdos escolares, a Lei nº 11.788 (Brasil, 2008), determina que o estágio, quando obrigatório, deve estar inserido nos projetos pedagógicos dos cursos, deixando claro seus objetivos, determinação esta que, na concepção de Ramos (2009), deve estar presente também nos currículos da educação profissional, por entender que o trabalho é uma das categorias indissociáveis da formação humana.

As instituições de ensino que ofertam a educação profissional, sejam públicas ou privadas, cada vez mais têm colocado o estágio como componente curricular, inclusive nos cursos de nível médio integrado. A generalização do estágio obrigatório, ou seja, presente nos cursos superiores e nos cursos técnicos integrados, motivou a realização desta pesquisa sobre o estágio curricular nos cursos integrados das instituições que fazem parte da Rede Federal de Educação Tecnológica. A percepção inicial, resultante da experiência docente de um dos autores desta pesquisa, como professor orientador de estágio, que embora obrigatório, a compreensão do estágio como princípio educativo e de contribuição para a formação e a preparação para o mundo do trabalho não parece estar muito clara na compreensão dos discentes

Entendemos que o estágio, além de relacionar com a concepção de trabalho como princípio educativo, em virtude das suas possibilidades de realizar atividades práticas dos conteúdos estudados em sala de aula, pode possibilitar aos discentes uma formação integrada, nesta interação e diálogo da prática profissional com o conhecimento teórico resultante da sala de aula, preparando o discente para não só para uma formação técnica, mas social, crítica e humana.

Estes conceitos nos levaram ao problema de pesquisa, qual seja: se a realização do estágio obrigatório no Ensino Médio Integrado tem, com efeito, contribuído para a preparação do mundo do trabalho e para a formação dos jovens estudantes em sua totalidade na Rede Federal de Educação, que apresenta entre seus objetivos a oferta do

Ensino Médio Integrado. Nesta perspectiva, considera-se relevante a compreensão acerca das experiências do estágio curricular no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, o que nos leva ao objetivo do presente estudo de analisar as experiências do estágio curricular no Ensino Médio Integrado em Instituições de Ensino vinculadas à Rede Federal de Educação Tecnológica.

O texto aborda a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com destaque para o surgimento dos IFs e a concepção de Ensino Médio integrado. Em sequência, abordamos o estágio curricular na perspectiva de sua articulação com o mundo do trabalho. Ressaltamos ainda, os procedimentos metodológicos utilizados para a realização do trabalho, com destaque para a análise de experiências de estágio, verificadas em dissertações publicadas sobre o tema no Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica.

Na parte final do trabalho, são apresentados, os resultados e discussões baseados em cinco temas, a saber: “interação conteúdos teóricos e atividades práticas no estágio”; “preparação para o mundo do trabalho”; “formação profissional”; “princípio educativo”; e interação orientadores discentes”. Por fim, apresentamos breves considerações finais sobre o estágio no Ensino Médio Integrado.

2. Fundamentação epistemológica

2.1. A Rede Federal de Educação Profissional, história, pressupostos e concepções

A Educação Profissional no Brasil, considerando os seus marcos regulamentadores e, de acordo com o Ministério da Educação, foram iniciados no ano de 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, através do Decreto nº 7.566 (Brasil, 1909). Com a promulgação da Constituição Federal de 1.937, a educação profissional e industrial deveria ser um dever do Estado, com a possibilidade de criação de instituições de ensino, ofertando o ensino profissional.

No ano de 1.942, através dos Decretos nº 4.073 (Brasil, 1942a) e nº 4.127 (Brasil, 1942b), foi definido que as instituições da rede federal, deveriam qualificar os educandos para o trabalho, aumentando a sua eficiência profissional. Destaca-se também, no ano 1.966, a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, instituída pela Lei 9.394, que regulamenta a educação profissional técnica de nível médio.

Um marco significativo da criação da rede federal de educação profissional foi a criação dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), por meio da Lei nº 6.545, no ano de 1.978, art. 2, letra b, inciso II. Houve a oferta de educação tecnológica para, dentre outros objetivos, “ministrar cursos técnicos, em nível de 2º grau, visando à formação de técnicos, instrutores e auxiliares de nível médio” (Brasil, 1978).

No de 2.008 houve avanços significativos na educação profissional. Inicialmente devido às alterações na LDB, com a promulgação da Lei nº 11.741 (Brasil, 2008), determinando que a educação profissional e tecnológica deverá estar nos projetos

pedagógicos dos cursos de formação inicial e continuada e na educação profissional técnica tanto de nível médio como nas ofertas dos cursos superiores e de pós-graduação. Destaca-se, especialmente, a Lei nº 11.892, art. 1º, inciso I, em que foi instituída a “Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (Brasil, 2008).

Entre os diversos pesquisadores da Rede Federal de Educação tecnológica, profissional, destaca-se Ramos (2014), que analisa a trajetória da educação profissional no Brasil, considerando as discussões que apresentaram como um dos seus parâmetros o desenvolvimento econômico. Na oferta da educação técnica e profissional, deve ser considerada a inserção das experiências práticas do trabalho, adquirido no ambiente profissional, e o estímulo às parcerias, nos termos da legislação brasileira, para a oferta de aprendizagem profissional.

Ramos (2014), ao comentar sobre as propostas da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, sobre as Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica, elaborada no ano de 2.004, destaca que uma das estratégias da Educação Profissional deste documento é a construção da formação cidadã e a possibilidade de contribuir para a inserção de jovens trabalhadores na sociedade contemporânea. É importante comentar que, na visão de Ramos (2014), o documento citado, além da relação educação x economia, posicionava-se a favor da organização dos agentes públicos e da educação profissional no Brasil, o que podemos destacar:

O documento indicou a necessidade de se instituir mecanismos de controle e acompanhamento das políticas, de se definir competências e responsabilidades dos entes federativos para com a educação profissional e de se reduzir a privatização operada mediante o incentivo às fundações, terceirizações, parcerias, mercantilização de cursos e precarização das condições de trabalho dos educadores (Ramos, 2014, p. 68).

Ciavatta (2005), destaca nesta concepção da educação profissional, a importância da regionalidade, de modo que o foco deveria estar nas unidades e cadeias produtivas e nos serviços, observando suas necessidades, pois, em sua concepção, a formação em que são integradas as disciplinas básicas com as técnicas, a chamada “educação politécnica” contribui para o desenvolvimento no processo produtivo e profissional, além de servir de base para os processos seletivos dos cursos superiores.

A educação politécnica, segundo Saviani (2007), possibilita o domínio dos fundamentos científicos das mais diferentes técnicas utilizadas na produção moderna, o que implica que a educação de nível médio deverá enfatizar conteúdos que visem proporcionar aos educandos uma base de diversas multiplicidades de processos e técnicas de produção existentes e, para isso, torna-se necessário uma maior interação entre a instrução intelectual e o trabalho produtivo.

Diante dessa construção da educação profissional, entendemos a importância de destacar alguns conceitos de Ciavatta (2005), que envolvem a formação integrada e humanizadora e apresenta alguns pressupostos para a formação integrada:

1º pressuposto: formação integrada é um projeto social: onde as diversas instâncias manifestem vontade política de romper com a redução da formação a uma simples preparação para o mercado de trabalho (Ciavatta, 2005, p. 14).

Segundo pressuposto: Manter, na lei, a articulação entre o ensino médio de formação geral e a educação profissional em todas as suas modalidades (Ciavatta, 2005, p. 15).

Terceiro pressuposto: É preciso que se discuta e se procure elaborar coletivamente as estratégias acadêmico-científicas de integração (Ciavatta, 2005, p. 14).

Quarto Pressuposto: Articulação com os alunos e familiares. A escola deve levar em conta a visão que os alunos têm de si mesmos, das possibilidades de inserção social e laboral e das modalidades formativas oferecidas pela escola (Ciavatta, 2005, p. 15).

Quinto Pressuposto: O exercício da formação integrada é uma experiência de democracia participativa. 4 (Ciavatta, 2005, p. 16).

Sexto Pressuposto: Garantia de investimentos na educação. (Ciavatta, 2005, p. 16).

Essa formação integrada está muito presente nas ofertas do Ensino Médio nas instituições de ensino da Rede Federal, que na perspectiva de Ramos (2009), deve ser constituída dos conteúdos de conhecimentos gerais com os conteúdos específicos do curso ofertado, além da interação entre trabalho, ciência e cultura. Castro e Neto (2021) entendem que a base do ensino médio integrado deve ser a articulação entre a formação geral, constituída de conteúdos básicos (propedêuticos) e a formação profissional com conteúdo específico de formação profissional do curso ofertado. Para que isso se concretize de forma eficiente, os pesquisadores entendem que:

Para a efetivação do EMI, é fundamental que a concepção esteja bem sistematizada no projeto pedagógico do curso: referenciada nos objetivos e nas metodologias; e propondo as práticas, os espaços de discussão, o planejamento coletivo e a avaliação das ações. E, principalmente, que seja elaborada coletivamente a partir dos pressupostos epistemológicos, políticos e filosóficos que orientam essa concepção (Castro; Neto, 2021, p. 17).

Moura (2012) destaca que, para atender ao objetivo da formação integrada, se deve não só, limitar-se aos conhecimentos científicos e tecnológicos, mas promover nos alunos uma pensamento crítico-reflexivo, não apenas sobre os conteúdos apreendidos, mas em todo o seu contexto histórico, social e cultural. Ramos (2017) destaca que a formação humana se caracteriza pelas experiências sociais e culturais que vivemos, e isso deve ser evidenciado nos currículos do Ensino Integrado e que na construção dos projetos pedagógicos, os processos produtivos locais pode ser uma das referências na construção dos conteúdos, justificados por todo o seu contexto produtivo, econômico, político, histórico, cultural e ambiental.

Santos *et al.* (2018) definem que o Ensino Médio Integrado deve proporcionar aos alunos uma formação que visa à emancipação e à autonomia desses educandos, constituída em ações pedagógicas de relação dos conteúdos teóricos com as práticas, e o trabalho como princípio educativo, o que, de acordo com Ciavatta (2005), pode dar condições ao aluno de ter uma formação humana mais preparada para o mundo e para a atuação como cidadão. Como podemos perceber, a oferta do Ensino Médio Integrado tem características de uma formação ampla, proporcionando aos estudantes a possibilidade de um ensino politécnico que, de acordo com Ramos (2009), trata-se de uma metodologia de ensino que conversa e identifica conhecimentos culturais, sociais e políticos.

Pensando na concepção defendida por Ramos (2009), que a integração do ensino com o mundo do trabalho, se consolida através de uma formação omnilateral, integrando o trabalho, a ciência e a cultura, a pesquisadora defende que o “trabalho” pode contribuir para realizações pessoais humanas e econômicas, corroborando com Saviani (2007), que entende a educação e o trabalho como atividades essencialmente humanas, o que pode dar a entender que um ser humano tem um saber para tanto poder trabalhar como para educar.

Assim, a escola deve ser vista e articulada como um espaço que contribua para o desenvolvimento social oportunizando a todos os estudantes, acesso aos conhecimentos socialmente construídos, tomados em sua historicidade. Para isso, é preciso que as escolas proporcionem aos estudantes uma compreensão realista de mundo, contribuindo para o planejamento dos seus projetos de vida, de suas relações profissionais e pessoais para que eles tenham uma visão crítica, ocasionando, a emancipação humana por meio da transformação social (Ramos, 2009).

2.2 Estágio Curricular

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada através do Decreto-Lei nº 5.452 de 1943, em seu artigo 428, sobre o contrato de aprendizagem, entende-se já as mesmas metodologias aplicadas ao termo de compromisso do estágio, nos termos da Lei. 11.788 de 2.008, pois de acordo com a CLT:

Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, em que o empregador se compromete a assegurar ao maior de 14 (quatorze) e menor de 24 (vinte e quatro) anos inscrito em programa de aprendizagem formação técnico-profissional metódica, compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico (Brasil, 1943).

A primeira lei que determinou regras e procedimentos para o estágio nas instituições de ensino, foi no ano de 1.977, através da Lei nº 6.494, que foi revogada no ano de 2018, pela Lei nº 11.781, que está em vigor até os dias de hoje e, em seu artigo 1º, traz uma definição sobre o que é estágio:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de

educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008).

Para que o estágio cumpra esse princípio educativo, ainda de acordo com a Lei nº 11.788, é necessária a inclusão do estágio nos projetos pedagógicos dos cursos, além de integrar o itinerário formativo. O estágio pode ser efetuado em duas modalidades, o obrigatório, em que deve ser definida uma carga horária mínima dentro das horas do curso, e o aluno tem a obrigatoriedade de fazê-lo para a conclusão e o não obrigatório, que tem uma natureza optativa e a sua não realização, não impede a conclusão do curso. Para estágios supervisionados na Educação de Nível Médio, objeto desta pesquisa, a Resolução CNE/CEB nº 1/2004, em seu artigo 9º, definiu algumas diretrizes entre elas:

A prática profissional será incluída nas cargas horárias mínimas de cada habilitação. A carga horária destinada ao estágio supervisionado deverá ser acrescida ao mínimo estabelecido para o respectivo curso. A carga horária e o plano de realização do estágio supervisionado, deverão ser explicitados na organização curricular constante do plano de curso (Brasil, 2004).

Como foi percebido, para a efetiva realização do estágio é necessário que sejam adotadas algumas formalidades, como inclusão nos planos pedagógicos dos cursos, determinação de carga horária, nos casos de estágio obrigatório, objetivos e diretrizes. Esses procedimentos institucionais levam em consideração as exigências da Lei nº 11.788. Entre elas, o seu artigo 7º traz muitas orientações a instituições de Ensino, as quais destacamos algumas:

I. celebrar termo de compromisso; II. Avaliar as instalações da parte concedente do estágio; III. Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida no estágio; IV - exigir do educando a apresentação periódica de relatório das atividades; V - zelar pelo cumprimento do termo de compromisso e VI - elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus educandos (Brasil, 2008).

O estágio, mesmo antes da criação do Ensino Médio Integrado, já estava presente nos cursos superiores. Sobre isso Zabalza (2015) defende que a realização do estágio contribui para a formação do estudante e sua realização proporciona ao aluno situações desafiadoras, podendo contribuir para futuras profissões. Nesse mesmo entendimento do estágio na construção de formação profissional, Colombo e Ballão (2014) entendem que essa etapa deve se basear em uma ação pedagógica que busque uma transformação e preparação para o mundo do trabalho, com uma maior interação entre escola, currículo e setores de produção.

Na perspectiva de estágio como interação entre escola e mundo do trabalho, segundo Souza (2018), quando realizados permitem ao discente uma qualificação profissional, possibilitando o seu ingresso e até a sua continuidade no mundo do trabalho, uma vez que o estágio pode proporcionar uma efetiva contratação.

De acordo com Souza, Amorim e Silva (2011), o estágio pode ser considerado como uma etapa para a entrada no mundo do trabalho, além da construção de relacionamentos, compromissos e responsabilidades e a possibilidade de perspectivas futuras de oportunidades de uma efetivação do trabalho. Para os pesquisadores Oliveira *et al.* (2019), as estratégias das organizações podem ser baseadas nas formas como são oferecidas as oportunidades de trabalho. Entre essas ofertas podemos citar: carteira assinada, concursos públicos, contratos temporários, terceirização e o estágio, o que os pesquisadores consideram como as formas de flexibilização do trabalho.

Contudo, essas flexibilizações das modalidades de trabalho, ainda de acordo com Oliveira *et al.* (2019), podem evidenciar a precarização da mão de obra, uma vez que essas formas de contratação nem sempre têm os mesmos direitos trabalhistas, previdenciários e garantias sociais. Essa característica, na percepção de Antunes (2020), coincide com a nova morfologia do trabalho no capitalismo contemporâneo, que está instaurando mudanças no mundo de trabalho, impelindo um contingente cada vez maior de trabalhadores para formas precárias de trabalho. Oliveira *et al.* (2019) entendem que o trabalhador hoje está limitado ao lucro capitalista, em que ele cada dia mais é explorado com salários baixos e uma carga de trabalho às vezes elevada, para que o empregador aumente o seu lucro.

De acordo com Antunes e Alves (2004), uma outra característica do mundo do trabalho é a dificuldade de inserção dos jovens no trabalho, o que pode afetar alunos recém-formados do Ensino Médio, que estão inseridos nesse público, ocasionando aumento do desemprego e do trabalho informal. Antunes (2020) ainda reflete que, no mundo do trabalho contemporâneo, mesmo com uma tendência do aumento da terceirização da mão de obra e trabalho informal, vem crescendo uma “intelectualização do trabalho”, ocasionada pelos avanços tecnológicos e digitais. Essas tendências, de acordo com Antunes (2020), nos levam a refletir que o trabalho pode ser um dos fatores que contribuem para um processo de humanização, mas que pode ser também, numa visão capitalista, na concepção de trabalho assalariado, uma forma de alienação.

3 Fundamentação metodológica

Em termos metodológicos, foi realizada uma pesquisa com base nos marcos regulatórios do estágio e nos estudos acerca do estágio curricular nos cursos técnicos integrados ao Ensino Médio, nos Institutos Federais vinculados a Rede Federal de Educação Tecnológica. Nesse sentido, foi utilizada uma pesquisa documental, que, segundo Gil (2022), é baseada em documentos que foram criados para uma ou mais finalidades, uma vez que realizamos pesquisas nos atos regulamentadores que tiveram como objetivo descrever brevemente da história da Educação Profissional no Brasil e as legislações sobre as atividades e operacionalização do estágio.

Além dos atos regulamentadores, também realizamos uma pesquisa bibliográfica, que de acordo com Vergara (2016, p. 50), “a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”. Nesse sentido foi

efetuada uma pesquisa com os principais autores das bases conceituais da Educação Profissional, para ter uma base teórica bem fundamentada sobre a Educação Profissional e o trabalho como princípio educativo.

Para atender o objetivo da pesquisa de analisar as experiências do estágio na Rede Federal de Educação Profissional e tecnológica, foi efetuado uma pesquisa entres os meses de janeiro a março do ano de 2.024, de todas as dissertações publicadas no observatório do Programa de Mestrado da Educação Profissional e Tecnológica e selecionadas as dissertações abordaram como objetivo principal o estágio obrigatório. Esta técnica de pesquisa, conforme Vergara (2016), pode abranger toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, entre essas publicações estão monografias, dissertações, teses e artigos científicos impressos ou eletrônicos.

A justificativa de pesquisar dissertações no observatório, se justifica por ser uma fonte de publicações de pesquisas sobre a Rede Federal de Educação Tecnológica, pois conforme de Gil (2022), a fonte de uma pesquisa bibliográfica de ser capaz de fornecer as respostas adequadas à solução de um problema proposto e fontes de teses e dissertações são constituídas por pesquisas de investigações científicas.

Para a análise das dissertações, foi utilizada como padrão a sequência proposta por Gil (2022), que depois de selecionadas, tiveram como objeto de estudo, o estágio curricular. Foi efetuada uma leitura com mais e profundidade em especial, nos seus objetivos, metodologia e resultados, que serviram de parâmetro para a análise dos dados. Estes parâmetros foram divididos em temas. A escolha dos temas foi baseada no número de pesquisas relatando as experiências sobre o assunto.

4. Análise dos Dados (Resultados e Discussões)

Conforme mencionado anteriormente, foi realizado uma pesquisa no observatório do Programa de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, entre os meses de janeiro a fevereiro de 2.024, pesquisas que abordaram como tema principal o estágio curricular na Rede Federal de Educação Tecnológica no Brasil. Foram analisadas todas as dissertações que apresentavam o estágio curricular como tema principal de pesquisa, disponíveis no observatório do programa.

Destacamos que o programa foi criado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Do Espírito Santo – IFES, em 16 de setembro de 2.016, pela Resolução 161/2016, e por isso a primeira dissertação disponibilizada pelo observatório efetuada no ano de 2.019 e pesquisando até a data desta pesquisa, foram encontradas 13 dissertações demonstradas na tabela 1.

Tabela 1 - Dissertações pesquisadas.

Autor / Ano	Título	Objetivo
-------------	--------	----------

Braga (2022)	O trabalho como princípio educativo e videoanimação em motion graphics no ensino médio integrado	Apresentar o tema trabalho como princípio educativo vinculado a uma contextualização teórica, ideológica e histórica na busca pela formação ampla dos estudantes para o mundo do trabalho e não para o mercado de trabalho.
Raulino 2021	Podcast sobre estágio supervisionado: uma proposta de orientação para estudantes da O trabalho como princípio educativo e videoanimação em motion graphics no ensino médio integrado	Analisar o desenvolvimento do estágio no Curso Técnico Integrado ao Nível Médio em Mecânica do IFMS –Campus Campo Grande, na perspectiva dos estudantes e dos docentes, buscando identificar os aspectos relevantes para a orientação dos estudantes que ainda não iniciaram essa etapa curricular.
Oliveira (2021)	Estágio curricular na educação profissional e tecnológica: alternativas para favorecer a inclusão de alunos surdos do Instituto Federal de Roraima – Campus Novo Paraíso	Analisar o processo de acompanhamento e orientação durante o período de estágio curricular de estudantes surdos dos cursos técnicos no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima campus Novo Paraíso, a fim de desenvolver e avaliar um Manual Orientador
Lovato (2020)	As contribuições de uma sequência didática formativa para a prática do estágio curricular supervisionado para alunos do ensino médio integrado	Desenvolver uma sequência didática formativa para a prática do estágio curricular supervisionado do Ensino Médio Integrado e investigar suas contribuições para a formação integral do estudante
Bazana (2020)	Os elementos formativos presentes no estágio curricular supervisionado de um curso técnico integrado ao ensino médio	Investigar elementos formativos presentes no contexto do estágio curricular supervisionado que apresentam potencial pedagógico capaz de qualificar o espaço/tempo de estágio e contribuir para a formação integral dos estudantes.
Castro (2020)	Estágio supervisionado: espaço de formação do estudante da educação profissional e tecnológica	Analisar a contribuição do estágio supervisionado na oferta da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM de forma integrada no Campus Rio Pomba para a formação integral dos indivíduos.
Silva (2019)	Estágio curricular e sua contribuição na construção da identidade profissional dos	Analisar o estágio curricular supervisionado na EPTNM e sua

	estudantes da educação técnica de nível médio	contribuição na construção da identidade profissional dos estudantes.
Santana (2020)	Estágio supervisionado e o trabalho como princípio educativo: um estudo de caso no curso técnico em informática integrado ao ensino médio do IFRO – Campus Porto Velho Calama	Compreender como as diferentes partes operacionalizam o estágio supervisionado na educação profissional e tecnológica e de que modo uma cartilha poderia orientar o processo de execução desta atividade, a partir da concepção do trabalho como princípio educativo.
Sá (2023)	O estágio curricular como prática formativa no ensino médio integrado	Analisar o papel do estágio curricular no ensino médio integrado enquanto elemento na formação profissional dos alunos.
Silva (2021)	O gênero textual relatório de estágio na educação profissional técnica de nível médio: articulação de fundamentos para uma formação politécnica	Compreender como o relatório de estágio profissional dos cursos técnicos de nível médio do IFAM pode articular aspectos da formação politécnica em seu processo de construção textual.
Zófolli (2022)	O estágio curricular de discentes do ensino médio integrado: o ato educativo enquanto fantasia e/ou possibilidade	Analisar até que ponto o estágio curricular obrigatório tem cumprido seu papel enquanto ato educativo, contribuindo com a formação integral e a práxis profissional do discente de ensino médio integrado à educação profissional, visto que tal prática pode também apresentar elementos de trabalho precário
Alencar (2022)	O estágio supervisionado como espaço pedagógico de transição para o mercado de trabalho	Verificar e destacar as contribuições do estágio supervisionado para a formação acadêmica e profissional de estudantes dos cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal de Brasília - IFB.
Nascimento (2022)	O estágio supervisionado na educação profissional e tecnológica: rodas de conversa como proposta de acompanhamento e avaliação	Analisar como os aspectos práticos do acompanhamento e da avaliação do Estágio Supervisionado por parte da escola, efetivamente acontecem e corroboram com o processo de formação dos estudantes estagiários do curso Técnico subsequente em Informática.

Fonte: Autores da pesquisa.

As análises em discussões foram divididas, considerando as situações relacionadas à operacionalização do estágio mais recorrentes na abordagem dos pesquisadores. Para essa divisão tomamos como padrão, que o assunto fosse abordado por no mínimo 05 dissertações. Após essas divisões, demonstramos na tabela 2, quais foram os assuntos mais analisados e quais são pesquisas que comentaram sobre o tema.

Tabela 2 – Principais situações abordadas

Tema / Assunto	Nº vezes abordado	Pesquisas comentaram o tema
Interação conteúdos teóricos e atividades práticas no estágio	10	Braga (2022), Raulino 2021, Bazana (2020), Castro (2020), Santana (2020), Sá (2023), Silva (2021), Zófolli (2022), Alencar (2022) e Nascimento (2022)
Preparação para o Mundo do Trabalho	8	Raulino 2021, Bazana (2020), Silva (2019), Santana (2020), Sá (2023), Silva (2021), Zófolli (2022) e Alencar (2022).
Formação Profissional	7	Braga (2022), Raulino 2021, Lovato (2020), Bazana (2020), Castro (2020), Silva (2019) e Alencar (2022)
Princípio Educativo	6	Braga (2022), Silva (2019), Santana (2020), Zófolli (2022), Alencar (2022) e Nascimento (2022)
Interação Orientadores x Discentes	5	Raulino 2021, Oliveira (2021), Bazana (2020), Castro (2020) e Nascimento (2022)

Fonte: Autor da pesquisa.

Com base nesta divisão das principais categorias abordadas nas dissertações pesquisadas, sobre a operacionalização do estágio na Rede Federal de Educação, tecnológica, discorreremos individualmente sobre cada um dos temas nas próximas sessões.

4.1. Interação conteúdos teóricos e atividades práticas no estágio

Oportunizar a possibilidade de efetuar atividades práticas relacionadas aos conteúdos aprendidos em sala de aula, foi considerado por Santos et al. (2018), como um dos processos de formação do discente e quando iniciamos a analisar as pesquisas, Santana (2020), ressalta a importância da conscientização dos discentes sobre os objetivos pedagógicos do estágio, e um desses objetivos é a oportunidade de a experiência de aprendizagem prática dos conceitos estudados.

Essa experiência de aprendizagem é a integração da formação geral com a formação técnica que a escola oferece com as atividades práticas oferecidas no campo de trabalho, defendida nas pesquisas de Sá (2023) e Zófolli (2022). Mesmo que, como relata Silva (2021), o estágio possa ser inicialmente considerado como preparação para o mundo do trabalho, ressalta a importância da relação teoria e prática durante o estágio.

Este momento de prática e de oportunizar a utilização do conhecimento teórico adquirido, também foi destacado por Zófolli (2022), Alencar (2022), Nascimento (2022) e Braga (2022). Para Zófolli (2022), em sua pesquisa alerta a dificuldade de alguns discentes na relação teórico-prática. Onde em alguns casos, o discente só realiza atividades rotineiras e repetitivas, o que considera treinamento operacional, sem problematizar os saberes operacionais.

Alencar (2022), também identificou dificuldades em sua pesquisa, pela pouca oferta de vagas de estágios em atividades ligadas ao curso, mas ressalta mais uma vez a importância do estágio como uma forma específica de aprendizagem experiencial, definida por ele como um aperfeiçoamento da prática a partir da reflexão sobre as experiências vivenciadas. Importância essa também salientada por Nascimento (2022), que considera o estágio como uma das principais oportunidades de oferecer aos estudantes, momentos únicos desta integração dos conhecimentos teóricos com a atividade prática no trabalho, contribuindo para o processo de formação. Nesta concepção da relação teórico prática das atividades do estágio, Braga (2022) afirma que além de preparar para o mercado do trabalho, possibilita melhorar essa compreensão desta relação no processo de formação.

Raulino (2021), Bazana (2020) e Castro (2020), em suas pesquisas, ressaltam a importância de um diálogo dentro dos projetos políticos do curso, numa construção de um currículo que ofereça conteúdos teóricos que de fato apresentem relação com as atividades práticas do estágio. Raulino (2021) identificou dificuldades de falta de conhecimento técnico em algumas atividades específicas. Bazana (2020), afirma que o conhecimento adquirido não é uma reprodução de teorias, mas se apoderar deste saber dando segurança na realização da atividade prática.

Por sua vez, Castro (2020), considera o estágio como aprendizado social, profissional e cultural, um complemento do aprendizado, e conclui que o estágio quando considerado componente curricular, integrando prática e teoria, tem como objetivo proporcionar ao estudante experiências práticas do conhecimento adquirido.

4.2. Preparação para o Mundo do Trabalho

De acordo com a Lei.11.788/2008, o estágio além de ser um princípio educativo, tem, como outro objetivo, preparar o estudante para o mundo do trabalho. E neste contexto, vamos analisar dentro das pesquisas na Rede Federal de Educação Tecnológica está atendendo esse objetivo. Iniciando com a pesquisa de Alencar (2022), percebeu que sim, embora com algumas dificuldades, os discentes do Instituto Federal de Brasília, percebem no estágio uma contribuição para a sua formação profissional.

Bazana (2020), em sua análise acerca dos discentes e dos profissionais de educação que atuam na orientação de estágio, colaboram com Alencar (2022), mas que além desta primeira experiência, possibilitam inclusive um futuro trabalho formal. Para Raulino (2021), mesmo concordando que o estágio oferece novas oportunidades de aprendizagem no mundo do trabalho, alerta que receios de concedentes, com a segurança dos discentes, podem restringir algumas práticas, podendo trazer um grau de aprendizado menor.

No mesmo entendimento de Alencar (2022) e Bazana (2020), de compreenderem o estágio curricular, de oportunizar aos jovens estudantes, sua imersão na vida profissional, Sá (2023) e Raulino (2021), afirmam também a necessidade de articulação do currículo com o campo de atuação do curso, integrado com o mundo do trabalho e formação dos nossos discentes, e nesta articulação, Santana (2020), acrescenta a necessidade da Instituição de Ensino, assessorar seus estudantes, identificando possíveis concedentes e ou profissionais liberais, que ofertem vagas de estágio, mas com atividades relacionadas ao curso.

Na análise sobre a relação entre teoria e prática, já havíamos comentado sobre a perspectiva de Zófolli (2022), que verificou em sua pesquisa a dificuldade do discente realizar o estágio de uma forma mais qualificada, fazendo trabalhos muitas vezes repetitivos e extremamente simples, o que em sua opinião, pode gerar uma precarização do trabalho, não estando atendendo o estágio como preparação para o trabalho, nos termos da Lei 11.788/2008.

A pesquisadora, continuando nesta concepção do estágio como uma precarização do trabalho, considera que muitas vezes, a empresa utiliza da mão de obra do estágio, para substituir um trabalhador por ter um custo muito menor. Zófolli (2022), ainda afirma que, quando o discente realiza estágio para cumprimento da grade curricular, exerce essa atividade sem nenhuma remuneração, o que pode aumentar a precarização do estágio como preparação para o mundo do trabalho

Os estudos de Silva (2019) e Silva (2021), divergindo um pouco da opinião de Zófolli (2022), compreendem sim o estágio, como uma das atividades de formação do discente para a sua imersão no mundo do trabalho, promovendo sua emancipação neste processo de identidade profissional, e trazer uma reflexão sobre suas competências, contribuindo para uma possível carreira profissional.

4.3. Formação Profissional

Entre as propostas da Políticas Públicas de Educação Profissional e Tecnológica está a elas a construção da formação cidadã, e a contribuição do estágio neste processo de formação do estudante também foi um dos assuntos pesquisados pelas dissertações já aqui apresentadas. Braga (2022), percebeu que o estágio é uma excelente oportunidade do estudante para transformar sua realidade pessoal e cidadã, mas que para isso é necessário que esses estudantes tenham consciência do estágio como princípio educativo

e consciência de sua importância neste processo de formação e preparação para o mundo do trabalho.

De acordo com Bazana (2020), ao realizar o estágio, potencializa nos jovens estudantes algumas mudanças comportamentais, como responsabilidade, iniciativa, o relacionamento interpessoal, o comprometimento, a assiduidade e a pontualidade, comportamentos adquiridos em um ambiente de trabalho, que contribuem com o objetivo de uma formação integral.

Assim como Bazana (2020), Silva (2019), compreende o estágio como uma atividade formadora e de promoção da emancipação do estudante, sua construção identitária pessoal e profissional do estagiário. O estágio no processo formativo, deve estimular a busca do autoconhecimento. Para Castro (2020), sua pesquisa percebeu que os estudantes do Ensino Médio Integrado reconhecem a importância do estágio para a sua formação e atuação no mundo do trabalho, a mesma observação de Alencar (2022), que também afirma a importância do estágio para a formação e o desenvolvimento de competências profissionais.

Para Raulino (2021), para esse processo de formação, mesmo entendendo que o estágio um papel importante neste processo de aprendizagem e formação, entende que o estágio precisa oferecer possibilidades para o estudante vivenciar a realidade do mundo do trabalho e para isso o discente ao realizar o estágio, deve estar consciente em ser uma pessoa ativa, curiosa e atenta, sendo necessário com a ajuda da escola preparar nossos jovens para este desafio.

Percepção também defendida por Lovato (2020), que afirma, que quando orientamos nossos discentes para as práticas das atividades de estágio, deve-se evidenciar além dos procedimentos formais e aspectos regulatórios, trazer discussões voltadas à formação, para que estes compreendam as dinâmicas socioprodutivas da sociedade, objetivando a emancipação destes jovens, como pessoa, de uma forma integral, isto é profissional, científico, social e cultural

4.4. Princípio Educativo

De acordo com o artigo 1º da Lei 11.788/2008:

Estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (Brasil, 2008, art. 1º p. 1).

Então neste entendimento que o estágio, além de iniciação dos jovens no mundo do trabalho, deve também proporcionar aos estudantes, uma oportunidade de novos conhecimentos e novos aprendizados, nos termos da Lei. 11.788/2008. Braga (2022),

verifica uma certa limitação nos estudantes por ele pesquisados, em mensurar o trabalho como princípio educativo, pois estes percebem o estágio mais como uma preparação para o mercado de trabalho e garantia de um emprego. Para o pesquisador, o estágio deve proporcionar uma formação ampla e promoção da autonomia do sujeito, e é assim que o estágio cumpre seu objetivo de princípio educativo.

Na mesma perspectiva de Braga (2022), Santana (2020) também evidencia uma baixa compreensão por parte dos estudantes de Informática no município de Porto Velho Calama em Rondônia, do estágio como um ato educativo, o que, em sua opinião, exige uma maior orientação por parte dos responsáveis pelo estágio da instituição, quanto os objetivos pedagógicos do estágio.

Nesta concepção do estágio como forma de proporcionar aos jovens estudantes, além da formação profissional, novos conhecimentos e a construção de sua identidade, Silva (2019), considera quando o estágio possibilita aos jovens a imersão na vida profissional e contribui neste processo de autoconhecimento e resignificação, se torna um ato educativo. É essa concepção que, de acordo com Braga (2022) e Santana (2020), os jovens devem estar conscientes.

Para Zófolli (2022), a realização do estágio como princípio educativo, só faz sentido quando se torna uma possibilidade de uma educação integral do discente, que percorra toda essa realidade complexa, na construção de uma formação integral, colaborando com Alencar (2022), que conclui que o estágio, enquanto ato educativo, o estágio deve trabalhar no desenvolvimento de competências pessoais e profissionais. Ressalta-se que as competências mencionadas não se relacionam aos saberes - saber, fazer, ser - caracterizados no modelo de competências, ou seja, consideradas instrumentais na lógica do processo produtivo capitalista.

Como percebemos nas opiniões de m Braga (2022), Santana (2020) e Zófolli (2022), da necessidade de uma maior conscientização dos estudantes sobre o propósito do estágio como ato educativo, a conclusão de Nascimento (2022), fortalece essa concepção quando afirma que o estágio tem uma significativa contribuição para o processo de formação e definição profissional do estudante, constituindo assim um ato educativo supervisionado.

4.5 Interação Orientadores e Discentes

O estudante em todas as etapas do estágio, deverá obrigatoriamente de acordo com o artigo 3º da Lei 11.788/2008, estar sempre acompanhamento de um(a) professor(a) quer exerça atividade de orientação em todas as etapas do estágio. Essa orientação de acordo com Bazana (2020), permite auxiliar e orientar aos estudantes, nesta primeira experiência em um ambiente profissional, e a orientação quando feita com qualidade e preocupação em demonstrar o estágio como ato educativo e preparação para o mundo do trabalho, ajudam a contribuir para uma formação de jovens cidadãos críticos, reflexivos e autônomos.

Para Castro (2020), para atuar nesta orientação, é indispensável conhecer e compreender este jovem que está sendo orientado, para ajudar a criar condições que possibilitem na realização do estágio novas aprendizagens. Atuar nesta atividade de orientação não é só em auxiliar na parte burocrática do estágio, como preenchimentos de documentos obrigatórios, como afirma Nascimento (2022). Para o pesquisador é necessário que o(a) orientador(a) e o discente, compartilhem as experiências em todo o processo, especialmente as vivenciadas no estágio, e assim poder ajudar em suas dúvidas e dificuldades

E sobre esta importância de um acompanhamento de perto fica extremamente evidente na pesquisa de Oliveira (2021), que estuou as particularidades de estudantes surdos. Neste caso específico, a pesquisadora demonstra a importância do NAPNE - Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades, no papel de inclusão destes discentes surdos, em especial do interprete de libras. Neste mesmo sentido de ter um profissional indispensável para que os discentes surdos consigam concluir com êxito o estágio, Raulino (2021), afirma que

O estágio, quando conduzido com atividades direcionadas, proporciona aprendizagem relativas ao curso e ao ambiente de trabalho que não são possíveis reproduzir na escola. Reforça-se, no entanto, a importância da orientação efetiva para que a articulação entre teoria e prática se concretize. Para tanto, estabelecer encontros periódicos entre orientadores e supervisores seria uma prática relevante para garantir maior integração com a proposta do ensino médio na modalidade integrada (Raulino 2021, p. 74).

E é neste sentido que se define as atividades de orientação, como um ato de direcionamento, de orientação, de instrução da relação teórico-prática, colaborando com a afirmação de Ramos (2017), que os educadores orientem nossos jovens neste processo de formação humana, caracterizada por todas essas experiências sociais e culturais que vivemos, inclusive no ambiente de trabalho.

5. Considerações Finais

Com base na proposta deste artigo de analisar as experiências do estágio curricular no Ensino Médio Integrado na Rede Federal de Educação Tecnológica, podemos concluir pelas análises das dissertações que, as experiências de estágio nas Instituições de Ensino, vinculada à Rede Federal, tem de certa forma, cumprindo seus objetivos como um ato educativo. Os dados apresentados, revelam a importância da interação entre os conteúdos teóricos com as atividades práticas, durante a realização do estágio, mas que de fato possam contribuir para o processo de formação profissional e proporcionar aos discentes uma maior preparação para o mundo do trabalho.

Ressalta-se, porém, a importância de uma maior interação entre as instituições de ensino, discentes, professores orientadores, gestores de estágio em debater ainda mais o estágio nos projetos pedagógicos para que eles possam não só ser uma imersão para o mundo do trabalho, mas uma possibilidade concreta de formação humana e cidadã, onde

eles possam aprender a trabalhar com suas perspectivas, censo crítico, histórico e cultural, entender o estágio como uma forma de aprimorar conteúdos aprendidos, trabalhar com questões comportamentais como responsabilidade, satisfação pessoal e realização profissional.

Um fator a ser considerado é a importância em atender à necessidade dos discentes em ter uma orientação com mais qualidade e mais próxima. Uma orientação em que os discentes expressem todas as dúvidas, com a possibilidade de reuniões periódicas entre docentes e orientados, até mesmo, para troca de experiências. Entendemos que a orientação de estágio deva fazer sentido no processo do aprendizado, e que esta etapa curricular, proporcione ao jovem estudante, uma formação unificada, crítica, social e cultural, apropriando destes novos conhecimentos para sua vida pessoal e profissional.

Referências

ALENCAR, João Vânio. **O estágio supervisionado como espaço pedagógico de transição para o mercado de trabalho**, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Brasília do Instituto Federal de Brasília, Brasília, 2022

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão, o novo proletariado de serviços na era digital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004.

BAZANA, Josiana Rita. **Os elementos formativos presentes no estágio curricular supervisionado de um curso técnico integrado ao ensino médio**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, Jaguari, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1fC_wZRWJD58Le7JxwqX5fsK0o1yDUymd/view. Acesso em: 06 jul. 2022.

BRAGA, Osório Esdras Guimarães. **O trabalho como princípio educativo e vídeo animação em motion graphics no ensino médio integrado.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais, Campus Montes Claros, Montes Claros – MG, 2022. Disponível em: <https://ifnmg.edu.br/dissertacoes-e-produtos-educacionais-profept>. Acesso em: 14 jul. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices**, Senado Federal, Disponível em: <https://legis.senado.gov.br/norma/589450/publicacao/15626779>. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei orgânica do ensino industrial. 1942a.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4073.htm. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. **Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. 1942b.** Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/529213/publicacao/15802037>. Acesso em: 15 jul. 2023.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 13 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11741.htm. Acesso em: 18 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. **Dispõe sobre o estágio de estudante.** Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977. **Dispõe sobre os estágios de estudantes de estabelecimento de ensino superior e ensino profissionalizante do 2º Grau e supletivo e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/16494.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978. **Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica.** Diário Oficial da União. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 05 jul. 2023.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 1/2004, de 21 de janeiro de 2004. **Define diretrizes nacionais para estágios supervisionados de estudantes de educação profissional e de ensino médio.** Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/res1.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2023.

CASTRO, Angeline Santos; NETO, José Henrique Duarte. Ensino Médio Integrado à Educação Profissional e Tecnológica: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v. 1, n. 20, p. e11088, jan. 2021. ISSN 2447-1801.

CASTRO, Mariana Soares. **Estágio supervisionado:** espaço de formação do estudante da educação profissional e tecnológica. Dissertação apresentada ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais, Campus Rio Pomba, Rio Pomba – MG, 2020. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=9957252. Acesso em: 06 jul. 2022.

CIAVATTA, Maria. **A Formação Integrada, a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** Revista Trabalho Necessário, 3(3), dez. 2005. Doi: <https://doi.org/10.22409/tn.3i3.p6122>.

COLOMBO, Irineu Mário; BALLÃO, Carmen Mazepa. **Histórico e aplicação da legislação de estágio no Brasil.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Editora UFPR, n. 53, p. 171-186, jul./set. 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

LOVATO, Livia Maria. **As contribuições de uma sequência didática formativa para a prática do estágio curricular supervisionado para alunos do ensino médio integrado.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de São Paulo, Sertãozinho – SP, 2020.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de Caso: Uma Estratégia de Pesquisa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista LABOR**, n. 7, v. 1, 2012.

NASCIMENTO, Wallace Andrade Cruz. **O estágio supervisionado na educação profissional e tecnológica: rodas de conversa como proposta de acompanhamento e avaliação,** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Vitória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Vitória 2022

OLIVEIRA, O. F.; NETO, M. R. C.; NETO, J. G. P.; SOUZA, F. A. M. **O trabalho contemporâneo vigente e o neoliberalismo no Brasil.** Almanaque de Ciência Política, Vitória, v. 3, n. 1, p. 01-14, 2019.

OLIVEIRA, Sarah Cruz De Souza. **Estágio curricular na educação profissional e tecnológica: alternativas para favorecer a inclusão de alunos surdos do Instituto Federal de Roraima – Campus Novo Paraíso.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Boa Vista do Instituto Federal de Roraima, Campus Novo Paraíso / Sarah Cruz de Souza Oliveira, Boa Vista, 2021.

RAMOS, M. N. **Concepção do Ensino Médio Integrado.** In: ARAÚJO, Ronaldo; TEODORO, Elinilze. (orgs.). *Ensino Médio Integrado no Pará como Política Pública.* Belém: SEDUC-PA, 2009, p. 144-182.

RAMOS, Marise Nogueira. **Conceitos para a construção de uma concepção de educação profissional comprometida com a formação humana.** História e Política da Educação Profissional, 1. ed., Coleção Formação Pedagógica, v. V, Curitiba, IFPR-EAD, p. 84-95, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino Médio Integrado: da conceituação à operacionalização.** Cadernos de Pesquisa em Educação, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (Fiocruz), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Edição nº 39, 2014.

RAMOS, Marise Nogueira. **Ensino Médio Integrado: Lutas Históricas e Resistências em Tempos de Regressão.** Educação Profissional e Tecnológica Em Revista, v. 1, 2017, p. 27-49. <https://doi.org/10.36524/ept.v1i1.356>.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e Política da Educação Profissional**. Coleção Formação Pedagógica, Volume V, 1. ed. Curitiba: Editora, IFPR-EAD, 2014.

RAULINO, Cíntia Grazielle De Souza. **Podcast sobre estágio supervisionado: uma proposta de orientação para estudantes de nível médio integrado**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Campo Grande do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande – MS, 2021.

SA, Sylvania Cavalcante. **O estágio curricular como prática formativa no ensino médio integrado**; Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – Mestrado Profissional em Rede (PROFEPT), ofertado pelo campus São Luís Monte Castelo do Instituto Federal do Maranhão (IFMA), São Luís 2023

SANTANA, Eudes Neves Da Silva. **Estágio supervisionado e o trabalho como princípio educativo**: um estudo de caso no curso técnico em informática integrado ao ensino médio do IFRO-Campus Porto Velho Calama, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pela IFRO, 2020.

SANTOS, F. A. A. SANTOS, J. D. dos; TAVARES, A. M. B. do N.; MOREIRA, K. C. **O ensino médio integrado na perspectiva da pedagogia histórico-crítica**. Revista Portuguesa de Investigação Educacional, v. 18, p. 89-110, 2018.
<https://doi.org/10.34632/investigacaoeducacional.2018.3455>

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação**: fundamentos ontológicos e históricos. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Revista Brasileira de Educação, v. 12, n. 34 jan./abr. 2007.

SILVA, Gilson Allefy Chaves. **O gênero textual relatório de estágio na educação profissional técnica de nível médio**: articulação de fundamentos para uma formação politécnica, Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Campus Manaus Centro, MANAUS, AM, 2021

SILVA, Rilda Simone Maia. **Estágio curricular e sua contribuição na construção da identidade profissional dos estudantes da educação técnica de nível médio**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Manaus (AM), 2019.

SOUZA, José dos Santos. **Mediação entre a escola e o novo mundo do trabalho na formação de técnicos de nível médio**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 123-140, jan./abr. 2018.

SOUZA, Vera Lúcia Pereira; AMORIM, Tania Nobre Gonçalves Ferreira; SILVA, Ladjane de Barros. **O estágio:** ferramenta fundamental para a inserção no mercado de trabalho?, RACE, Unoesc, v. 10, n. 2, p. 269-294, jul./dez. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 16. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

ZABALZA, Miguel. A. **O Estágio e as Práticas em Contextos Profissionais na Formação Universitária.** São Paulo: Cortez Editora, 2015.

ZÓFOLLI, Lerise Santos. **O estágio curricular de discentes do ensino médio integrado:** o ato educativo enquanto fantasia e/ou possibilidade, Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Catu, Catu 2022.